Resumo:

Este artigo desenvolve uma resenha crítica ao trabalho *"A Literacia Ética sobre o Património e a Paisagem como instrumento de desenvolvimento sustentável"* desenvolvido para a revista *Saber Madeira* (edições de agosto e setembro de 2022). Este trabalho aprofunda o texto anteriormente publicado, relacionando-o com a investigação *"Mail Art and Sensory Nature"* sobre as práticas de educação artística como ferramentas de sensibilização para a salvaguarda do património cultural e natural. Do ponto de vista teórico-metodológico procedeu-se à revisão da literatura publicada no último vinténio e à realização de uma análise empírica a partir de experiências formativas em "Mail Art" dirigidas a seniores. Este trabalho tem por principal objetivo contribuir para a reflexão sobre a importância da expressão plástica na sensibilização para a ética e para a salvaguarda do património cultural e natural, tendo em vista assegurar um desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Verificou-se que as práticas artísticas contemporâneas favorecem o desenvolvimento de novas competências cognitivas, novas aprendizagens, a aquisição de "soft skills", nomeadamente o desenvolvimento da criatividade, das relações interpessoais, do "espírito de equipa" e do trabalho em grupo. Essas aprendizagens são ferramentas de valorização pessoal e constituem poderosas vantagens competitivas promotoras da inclusão social. A "Mail Art" como ferramenta de comunicação criativa e pedagógica permite sensibilizar para a interpretação do património natural e cultural.

1. Introdução

Este artigo desenvolve uma resenha crítica ao trabalho *"A Literacia Ética sobre o Património e a Paisagem como instrumento de desenvolvimento sustentável"* (Goes, 2022a) desenvolvido para a revista *Saber Madeira* (edições de agosto e setembro de 2022). Este trabalho aprofunda o texto anteriormente publicado (ponto 2), incorporando uma análise a diferentes trabalhos e relacionando-os com a investigação *"Mail Art and Sensory Nature"* (Goes, 2022b), sobre as práticas de educação artística com o objeto em estudo: a sensibilização para a salvaguarda do património cultural e natural (ponto 3). Do ponto de vista teórico-metodológico procedeu-se à revisão da literatura publicada no último vinténio e à realização de uma análise empírica a partir de experiências formativas em "Mail Art" dirigidas a seniores (ponto 3.1). Este trabalho tem por principal objetivo contribuir para a reflexão sobre a importância da expressão plástica na sensibilização para a ética e para a salvaguarda do património cultural e natural, tendo em vista assegurar um desenvolvimento

sustentável das comunidades locais.

2. A Literacia Ética sobre o Património e a Paisagem como instrumento de desenvolvimento sustentável

A contemporaneidade tem vindo a confrontar-se com um conjunto de fenomenologias de *burnout* profissional, ansiedade e exaustão mental, acentuadas pelo impacto pandémico e pela espetacularização da "cultura de morte", reiteradamente amplificada pelos órgãos de comunicação social e redes sociais (Ariès, 1974; Caldas, 2010; Foltyn, 2008; Gorer, 1955; Lindstrom, 2013; Mota, 2017; Stratton, 2020; Tamura, 2006; Tercier, 2013). Conforto, qualidade de vida e bem-estar são direitos humanos legitimamente requeridos e aspirados por todos. A concretização e a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento económico, assente nas práticas de lazer e turismo, dependerá, sempre, da efetivação do direito ao lazer, à fruição do espaço público, ao livre usufruto do património e da paisagem por parte de todos os cidadãos.

A literacia ética sobre o "Direito à Cidade" (Bueno Carvajal, 2021; Muxi, 2004; Stavrides, 2016/2021) e sobre a salvaguarda do património cultural e natural está subjacente à Educação para a Cidadania como também às práticas de Compliance preventiva no seio das organizações. A consciencialização e a aquisição de novas competências (éticas) são, por isso, duas das primeiras ferramentas para o exercício da construção crítica, que é tantas vezes deficitária na ação política.

O Objetivo 8º da *"Agenda 2030"* das Nações Unidas, para o desenvolvimento sustentável, relaciona a sustentabilidade do crescimento económico de um território, com a efetivação de trabalho digno, para todos os cidadãos (INE, 2021). Para tal, o combate à precariedade laboral, o aumento salarial e a aposta na requalificação dos recursos humanos, nomeadamente, através da valorização da formação contínua, ao longo da vida, são algumas das estratégias adotadas pelas sociedades mais progressistas e com economias mais desenvolvidas. Nestas sociedades, caracterizadas pelo progressismo das suas políticas sociais e laborais, têm sido verificados relevantes impactos positivos, na performance das empresas e das instituições públicas que valorizam os hábitos de lazer e a qualidade de vida dos seus trabalhadores. Os resultados alcançados são mensuráveis através de vários indicadores, nomeadamente, a qualidade de vida, conforto e coesão social.

Verificou-se que, nestas sociedades, a melhoria das condições laborais, a melhoria do clima

organizacional, quando associado à segurança no trabalho e à proteção social e laboral, e a majoração do período de lazer e para a dedicação à família, permitem a melhoria da performance laboral, o aumento da eficiência na gestão de recursos e, por conseguinte, o aumento da produtividade destas economias. Através da valorização do potencial humano, são potenciadas novas competências criativas, a inovação e a inclusão, que conferem vantagens competitivas na diferenciação da oferta de produtos ou serviços das empresas e instituições.

O sucesso destes modelos laborais, que abarcam uma cultura de lazer e formação ética, estará inevitavelmente associado ao lugar onde é implementado. Assim, a pré-disponibilização do conforto e segurança no espaço público é um pré-requisito para o desenvolvimento de sentimentos de pertença ao lugar de quem o habita e para o pleno usufruto do seu património e paisagem.

O capitalismo da informação digital (Zuboff, 2019) acelerou as relações humanas, tornando-as mais imediatas e mediatizadas. A lógica panfletária do consumo de informação, nomeadamente a visual, substituiu-se à autenticidade da própria experiência sensorial, colocando em causa a real pertença aos lugares visitados, vivenciados. Admitindo que a "transição digital" poderá contribuir para a potencialização da promoção dos destinos turísticos, para a reconversão laboral e para uma maior eficiência na gestão de recursos, requere-se que o decisor público priorize o investimento na qualificação do potencial humano, com impacto nas futuras gerações, valorizando os profissionais e atualizando os *stakeholders* dos vários setores de turismo sobre as melhores práticas em hospitalidade e governança.

O Objetivo 11º da *"Agenda 2030"* reitera o imperativo do fortalecimento de "*esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural",* tendo em vista a redução significativa do número de mortes e de pessoas afetadas por catástrofes, aluviões e incêndios (INE, 2021). Mas, o espaço público, ironicamente, tornou-se privado (e pouco democrático).

Desde há várias décadas que, um pouco por todo o mundo, o património e o território foram sucessivamente dissecados, e reiteradamente, privatizados ou concessionados em favor de grandes empreendimentos imobiliários e hoteleiros (Bueno Carvajal, 2021; Cadela, 2007; Muxi, 2004; Stavrides, 2016/2021; Thörn, 2011), monopolistas da especulação financeira,

que desestruturaram os microssistemas económicos regionais, colocando em causa a coesão social e territorial e a efetivação do direito a uma habitação condigna, para todos (Artigo 7º, da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro).

Se foram demonstrados os "dividendos políticos" colhidos pelas décadas da "política do betão", instituída pelas oligarquias do poder vigente, também são mensuráveis os impactos (contraproducentes) da "betonização", na impermeabilização dos solos, na descaracterização da paisagem natural e dos centros históricos, nomeadamente no traçado arquitetónico e urbanístico.

A este propósito, urge lembrar que, a sucessiva impermeabilização dos solos e subsolos nos centros históricos e nas periferias das cidades, a diminuição das áreas ajardinadas, o estreitamento dos leitos dos cursos hídricos ou fluviais e a falta de planeamento territorial, são alguns dos fatores que, associados às alterações climáticas, contribuem para agravar os impactos de aluviões, inundações e incêndios, que põem em causa a segurança e a qualidade de vida dos residentes e visitantes.

Segundo Quintal (1999), citado por Silva, Almeida e Gomes (2010), ao longo do século passado, registaram-se vinte e duas aluviões no arquipélago da Madeira, treze das quais ocorreram depois de 1970. Os autores apontam que o aumento da incidência neste último período pode estar relacionado com os impactos da *"crescente impermeabilização do solo e subsolo, e com a ocupação, estreitamento e modificação do perfil dos leitos das ribeiras"* (Silva, Almeida e Gomes, 2010), conforme já referido neste artigo.

No plano da intervenção educativa, apresentam-se duas propostas que poderão contribuir para a sensibilização da crítica sobre o estado de desenvolvimento do território: a implementação de ações de educação comunitária, em contextos não-formais, para aprendizagem ética sobre a paisagem e sobre o património e a abordagem em contexto letivo, de cenários de catástrofe (Manzon Lupo, 2021; Silva, Almeida e Gomes, 2006; 2010), enquanto conteúdos interdisciplinares.

No plano da ação política, persiste a urgência de efetivar um eficaz planeamento do território e da paisagem paralelamente a uma *"gestão integrada dos recursos hídricos"* (Silva, Almeida e Gomes, 2010). O apoio à manutenção da paisagem agrícola e de caminhos pedonais tradicionais, a preservação das práticas tradicionais de cultivo, a salvaguarda da diversidade da paisagem arbórea, são preponderantes na prevenção e mitigação das catástrofes, que

afetam um qualquer destino turístico.

A Lei de Bases da Habitação (Lei nº 83/2019, de 3 de setembro), no seu Artigo 14º, reconhece a garantia de que, o direito universal à habitação condigna, compreende também a existência de um *habitat* que assegure condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, nomeadamente, *"contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais"* (Artigo 14º, nº2).

Considera-se por isso, que são incumbências dos setores públicos, assegurar a efetivação dos direitos referentes à manutenção e salvaguarda do *habitat,* nomeadamente: a qualificação do espaço público urbano (nº4, alínea b); a salvaguarda da qualidade ambiental e a proteção adequada contra riscos ambientais, naturais ou antrópicos (nº4, alínea c); e a proteção e preservação das características do território e da paisagem que lhe conferem identidade cultural própria (nº5, alínea c).

A adulteração da experiência sensorial da Paisagem e do Património, por parte de habitantes e visitantes, além de pôr em causa a autenticidade dos lugares, retira-lhes vantagem competitiva diferenciadora, colocando em causa modelos de desenvolvimento assentes nas práticas de lazer e turismo.

De acordo com Alberto Vieira, os primórdios da democratização do lazer na Madeira remetem ao último quartel do século XIX, com o florescimento de um novo ciclo económico centrado no Turismo, dirigido às elites aristocráticas europeias, sendo que foram adaptadas algumas infraestruturas para satisfação das necessidades de ócio da classe. Hoje, tal como no passado, é notória a separação/segregação originada pelo contraste de rendimentos nos hábitos culturais e de consumo e em especial pela diferenciação de espaços/ territórios ocupados por estrangeiros e por naturais nas pequenas/grandes cidades.

Albert Cossery, no seu livro "*Les hommes oubliés de Dieu"* (1941/2002) convoca-nos à reflexão. O autor propõe como novos heróis contemporâneos, as vítimas das grandes cidades, os pobres e desfavorecidos, e também, todos aqueles que, apesar de letrados e cultos, a falácia meritocrática neoliberal não soube entronizar. A preguiça e o escárnio podem por isso, ser uma forma de ativismo político, de denúncia e crítica, porque, até aos nossos dias, foram muitos aqueles que munidos de pergaminhos atestando méritos, fizeram

mais uso do ócio do que da sua atestada inteligência.

Se Descartes fundamentava a consciência da existência humana na condição lógica do ser pensante, hoje, o tempo preteriu o trabalho lógico e o ser humano foi sendo, progressivamente, substituído pelas máquinas. A utopia da libertação do homem pelas máquinas (Novaes, 2012), incessantemente ficcionada pela cinematografia contemporânea, somente será concretizável após a efetivação do direito universal ao descanso e ao lazer, para todos os seres humanos, dotando-os de reais condições de conforto e bem-estar. Novaes (2012), citando Paul Valéry, destaca que, para o preguiçoso *"é preciso ser distraído para viver",* e relendo Albert Camus nota que *"são os ociosos que transformam o mundo porque os outros não têm tempo algum".*

No ensaio "*Apologia grega à preguiça*", de Francis Wolff (2012), o pensador considera que fazer uma apologia à preguiça no sentido Clássico, Platónico-Aristotélico, significava identificar os argumentos para a condenação moral do ato de trabalhar. De acordo com Wolff (2012), de entre as várias críticas apontadas por Platão e Aristóteles, destaca-se que, "*o trabalho impede que nos dediquemos à filosofia, à política (ao serviço da Cidade) e a nós mesmos (ao nosso corpo ou à nossa alma).* Segundo consideram, *"por mais útil que pudesse parecer – o trabalho – está na base de toda sujeição"* (Wolff, 2012). Na inevitabilidade deste "mal" está a utopia da emancipação. Na modernidade, o elogio ao trabalho e à "transformação da natureza" pelo homem, tem como objetivo legitimar a exploração e os modelos produtivistas e a acumulação de capital ou bens (Wolff, 2012).

Como considerava Alberto Vieira, "(…) *o direito ao lazer e ao ócio continuará, por muito tempo, a ser um privilégio de alguns"* e como refere, *"(...) tardará muito tempo até que muitos tenham a noção do que será o merecido descanso, assim como sentir-se, do outro lado, como turista, não como servente, mas como usufrutuário"*. Passado quase um século desde a consagração do "direito ao repouso e ao lazer", inscrito no Artigo 24º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1924), naquela que seria chamada de "revolução do ócio" (Vieira, s.d.), a democratização do lazer ainda está por concretizar e só será possível efetivá-la , através da emancipação social.

De acordo com Sandel (2020/2022), passadas quatro décadas da globalização instituída pelo neoliberalismo, não só foram acentuadas as desigualdades de rendimentos como também as desigualdades culturais, agravando os conflitos sociais em comunidades cada vez mais

heterogéneas e interdependentes (Scheidel, 2017; Sousa, 2020; Zuboff, 2019). A profundidade desta separação/segregação, motivada por pretextos de dominação e exploração hegemónica (Sandel, 2020/2022; Scheidel, 2017; Sousa, 2020; Zuboff, 2019), tem-nos levado, como alertava Huntington (1996), a um choque civilizacional.

A superação desta lógica de permanente conflito, acontecerá, necessariamente, através da Educação Ética, onde a consciência da indissociabilidade do Património e da Paisagem, só existirá com a consciência de que há um *Homos* efémero que habita um lugar de permanência. Património e Paisagem deverão persistir além da existência do turista. A transitoriedade do usufruto e a efemeridade das experiências são condições requeridas para a salvaguarda da paisagem e do património, para que, as futuras gerações também possam vivenciá-las. Para que todos possam fruir a mais fidelíssima experiência e o livre usufruto do (seu/nosso) património e da (sua/nossa) paisagem, talvez nos seja exigido peticionar, novamente, o "Direito à Preguiça" (Lafargue, 1880/2016; Russell, 1935/2002).

Parafraseando Dostoiévski, "todos somos responsáveis perante todos" e por isso, além de responsáveis somos protagonistas desta mudança e desta construção de um mundo mais sustentável, mais humano, socialmente comprometido e ambientalmente mais responsável.

3. As expressões plásticas como instrumentos de desenvolvimento cognitivo e de inclusão social: as experiências sensoriais na Natureza e a "Mail Art"

As práticas artísticas contemporâneas favorecem o desenvolvimento de novas competências cognitivas, novas aprendizagens, a aquisição de *"soft skills"*, nomeadamente o desenvolvimento da criatividade, das relações interpessoais, do "espírito de equipa" e do trabalho em grupo. Essas aprendizagens são ferramentas de valorização pessoal e constituem poderosas vantagens competitivas promotoras da inclusão social. A "Mail Art" como ferramenta de comunicação criativa e pedagógica permite sensibilizar para a interpretação do património natural e cultural.

A sensibilização para a ética e para a salvaguarda do património cultural e natural é um dos principais objetivos para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, por isso, ações de sensibilização através da arte podem ser requeridas tendo em vista o alcance de metas ou objetivos de desenvolvimento.

Apresenta-se aqui o caso específico das oficinas de expressão plástica "Mail Art and Sensory

Nature” (Goes, 2022b). Esta iniciativa insere-se no âmbito do projeto europeu “Mail Art 4 Seniors”, co-financiado pelo Programa Erasmus+, com a coordenação regional da Associação Cultural e de Solidariedade Social Raquel Lombardi. É o exemplo de um projeto promotor de um conjunto de oficinas de expressão plástica que se debruçam sobre as práticas de “Mail Art”, estabelecendo a relação com o território, a valorização da paisagem e da natureza.

3.1 Caso específico: “Mail Art and Sensory Nature”

A Mail Art ou Arte Postal é uma forma de expressão plástica que faz uso da apropriação de objetos relacionados com os correios e com o meio, tendo em vista a “troca não comercial” e o registo da itinerância e documentação dos processos de co-realização, envio e exposição das obras. Estes conceitos surgiram na década de 60 do século passado, num contexto de um mundo bipolarizado, onde foi requerida uma arte interventiva e politicamente comprometida com o protesto e a denúncia (ACSS Raquel Lombardi, 2022; A Pátria, 2022).

Ray Johnson cria a *Correspondance Art School* (1963) e escreve uma carta num envelope usando a frente e o verso, rompendo assim com o conceito de privado e reproduz publicamente o seu diálogo com outra pessoa expondo a sua intimidade (ACSS Raquel Lombardi, 2022; A Pátria, 2022). A partir das décadas de 80 e 90, os museus e universidades começaram a valorizar estas práticas, possibilitando a atualização dos seus discursos, através de novos meios, a internet e os novos *media*, através dos quais os artistas encontraram um meio privilegiado para novas experimentações poéticas e divulgação da arte postal (ACSS Raquel Lombardi, 2022; A Pátria, 2022).

Objetivos:

Para as ações de intervenção comunitária supracitadas, definiu-se por objetivos: a compreensão de diferentes conceitos das práticas artísticas contemporâneas como ferramentas pedagógicas e de comunicação; experimentação de diferentes linguagens e técnicas de expressão, fazendo uso da exploração de diversos materiais da natureza como suportes e meios de trabalho; compreensão do património natural existente no território e reconhecimento da diversidade natural e cultural; promoção da inclusão social através da partilha de experiências intergeracionais e contacto com jovens artistas oriundos de diversos países (Goes, 2022b). Para este caso específico foi proposto o desenvolvimento de visitas de orientação, percursos pedestres pela natureza e a experimentação de técnicas de expressão plástica para grupos com cerca de duas dezenas de participantes. Em concordância com os objetivos acima descritos, o público-alvo destas ações poderão ser, dirigidas, simultaneamente, a utentes de centros comunitários e jovens de estratos sociais mais desfavorecidos, a fim de possibilitar a partilha de conhecimento e experiências intergeracionais promotoras da coesão social. O projeto visa contar com a participação de docentes e outros profissionais que podem assim beneficiar de formação específica em arte postal, adquirindo novas competências nas áreas da inclusão social através da arte (Goes, 2022b).

Participantes:

As atividades são especialmente dirigidas a seniores, utentes da Casa São José, em Câmara de Lobos, oriundos de estratos sociais mais vulneráveis. As ações de formação podem também ser frequentadas por docentes, educadores, formadores, assistentes sociais, profissionais da animação sociocultural, psicólogos e enfermeiros geriátricos, entre outros profissionais, tendo em vista a dotação de novas competências nos domínios da expressão plástica e o desenvolvimento da criatividade, estímulos cognitivos, mitigando os impactos do isolamento na saúde mental e por conseguinte assegurar o bem-estar dos seniores e famílias (Goes, 2022b).

Metodologia:

A escolha do contexto em que as ações são realizadas deve ter em consideração a visibilidade das práticas de arte postal e o contato com a comunidade local. Por isso, privilegiam-se os espaços públicos ao ar livre e os espaços culturais situados em centros históricos ou junto a jardins de interesse patrimonial. O contexto de inserção dos participantes na comunidade em que estão inseridos é importante, visando atender aos objetivos do projeto, a valorização do património natural e cultural e a inclusão social. A seleção das técnicas de expressão plástica utilizadas nas sessões de “Mail Art” deve ter em conta as diferentes especificidades e competências dos participantes, com vista a potenciar os melhores resultados na aprendizagem e desenvolvimento social. A iniciativa deverá valorizar a diversidade de recursos do património natural e as influências de artistas regionais contemporâneos que privilegiam temas da natureza, a interpretação do território e a “Mail Art” (Goes, 2022b).
Tempo:
O momento das sessões e atividades de expressão plástica pode ser cuidadosamente avaliado, dependendo das necessidades do grupo. São sugeridos dois momentos de prática continuada, mediados por uma pausa autoavaliativa no processo de aprendizagem e compartilhamento de dinâmicas de grupo. Cada sessão diária não deve exceder 120 minutos de duração. Em cada uma das sessões deverá ser realizado um exercício de experimentação de diferentes técnicas. Prevê-se um total mensal de cinco sessões, perfazendo 10 horas de contacto (Goes, 2022b).
Questões de Segurança a serem consideradas:
Proporcionar um ambiente organizacional favorável, motivador e propício à aprendizagem. Não utilizar técnicas de expressão plástica que podem ser cansativas ou muito desconfortáveis para idosos ou pessoas com necessidades especiais, pois podem não favorecer a aprendizagem ou o desenvolvimento do espírito de pertença ao grupo. Utilizar materiais, suportes e meios adequados às diferentes faixas etárias. Não utilizar materiais perigosos ou inflamáveis (Goes, 2022b).

Tabela 1. Elaboração própria (2022)

De uma encomenda
ao que quiser

Figuras 1. 2. 3. e 4. Sessão de “Mail Art 4 seniors”. Elaboração própria (2022). Fonte: Goes (2022b)

nova editora
na encomenda
ao que quiser

Figura 5 e 6. Sessão de “Mail Art 4 seniors”. Elaboração própria (2022). Fonte: Goes (2022b)

4. Conclusões:

As práticas artísticas contemporâneas e as práticas pedagógicas com recurso às expressões plásticas favorecem o desenvolvimento de competências cognitivas e a aquisição de *“soft skills”*, nomeadamente, o desenvolvimento da criatividade, as relações interpessoais, o “espírito de equipa” e o trabalho em grupo. Estas aprendizagens são ferramentas de valorização pessoal, ao longo da vida, constituindo vantagens competitivas promotoras da inclusão social. A partir do caso específico apresentado, verificou-se que a realização de projetos de “Mail Art”, que versem a interpretação do território, são uma importante ferramenta comunicativa e pedagógica que permite sensibilizar para a salvaguarda do património natural e cultural, consciencializando para a necessidade da não descaracterização da paisagem.

5. Referências:

ACSS Raquel Lombardi. (2022). Mail Art 4 seniors. https://associacaoraquellombardi.com/mailart4seniors/

A Pátria – Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa. (2022, agosto 5). Projeto europeu "Mail Art 4 Seniors" reúne artistas oriundos de seis países na Madeira. https://apatria.org/noticias/projeto-europeu-mail-art-4-seniors-reune-artistas-oriundos-de-seis-paises-na-madeira/

Ariès, P. (1974). *Essais sur l'histoire de la mort en Occident: du Moyen Âge à nos jours.* Editions Seuil

Bueno Carvajal, J. M. (2021). Espacio público e identidad. Tres escenarios de interpretación en la ciudad contemporánea. *Estoa – Revista de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Cuenca*, *10*(19), 161–169. https://doi.org/10.18537/est.v010.n019.a14

Cadela, I. (2007). *Sombras de ciudad. Arte y transformacíon urbana en Nueva York, 1970-1990*. Alianza.

Caldas, Sandro. (2010). A pornografia da morte no jornalismo. Recanto das Letras. https://www.recantodasletras.com.br/artigos/2072329

Cossery. A. (2002). *Os homens esquecidos de Deus* (E. Sampaio, Trad.). Antígona (Trabalho original publicado em 1941)

Foltyn, J. L. (2008). The corpse in contemporary culture: Identifying, transacting, and recording the dead body in the twenty-first century. Mortality, 13 (2), 99-104. https://doi.org/10.1080/13576270801954351

Goes, D. (2022a). A Literacia Ética sobre o Património e a Paisagem como instrumento de desenvolvimento sustentável – Parte 1. Revista Saber Madeira, 303. O Liberal. 10-11. ISSN 0873-7290 https://doi.org/10.13140/rg.2.2.36641.68967

Goes, D. (2022b). Mail Art and Sensory Nature: The plastic expressions as instruments of cognitive development and social inclusion [Apresentação]. Apresentação/Discurso em Palestra Mail Art 4 seniors (Raquel Lombardi, Coord.). ACSS Raquel Lombardi. Casa São José, Câmara de Lobos, Portugal, agosto de 2022. http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.21109.65769

Gorer, G. (1955). "The Pornography of Death". In G. Gorer (ed.), *Death, Grief, and Mourning.*

Doubleday. 192–199

Huntington, S. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order.* Simon & Schuster.

Instituto Nacional de Estatística – INE. (2021). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.* Indicadores para Portugal: 2010-2020. INE. https://www.ine.pt/xurl/pub/280981585

Lafargue, P. (2016). *O Direito à Preguiça* (J. Alfaro, Trad.). Antígona (Trabalho original publicado em 1880)

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, da Assembleia da República. (2019). Diário da República n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03. pp. 11-33 https://data.dre.pt/eli/lei/83/2019/09/03/p/dre/pt/html

Lindstrom, L. (2013). "Geoffrey Gorer e Féral Benga, uma colaboração". In *História e Antropologia.* (s.n.).

Manzon Lupo, B. (2021). Patrimônio cultural e catástrofe: Os concursos internacionais não-oficiais realizados para a Notre Dame de Paris após o incêndio de 2019. Herança – Revista de História, Património e Cultura, 4(2), 018–038. https://doi.org/10.29073/heranca.v4i2.316

Mota, J. M. (2017). A Morte na Imprensa. A evolução no tratamento mediático da morte de figuras públicas. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra. http://hdl.handle.net/10316/79566

Muxi, Z. (2004). *La arquitectura de la ciudad global*. Editorial Gustavo Gili

Novaes, A. (Org.) (2012). *Elogio à preguiça.* Edições SescSP

Russell, B. (2002). *O Elogio ao Ócio* (D. Cunha, Trad.). Sextante. (Trabalho original publicado em 1935)

Sandel, M. (2022). *A Tirania do Mérito. O que aconteceu ao Bem Comum?* (A. Gomes, Trad.). Editorial Presença (Trabalho original publicado em 2020)

Scheidel, W. (2017). *A violência e a história da desigualdade: Da idade da pedra ao século*

XXI (J. Araújo, Trad.). Edições 70 (Trabalho original publicado em 2017)

Silva, J.; Almeida, F.; Gomes, C. (2010). *Enxurradas e inundações na Madeira.* https://geomuseu.ist.utl.pt/MINGEO2010/Documentacao%20Complementar/Madeira%20DN.pdf

Silva, J.; Almeida, F.; Gomes, C. (2006). Impactos na estabilidade de estruturas e hidrogeologia do ambiente envolvente a obras de construção com grande desenvolvimento subterrâneo na baixa citadina do Funchal. 10º Congresso Nacional de Geotecnica, Lisboa, 3, 731-740.

Sousa, V. de. (2020). A globalização disseminou-se e é mais dissimulada e eficaz. A mudança passa por inverter a invisibilidade dos mais desfavorecidos. Comunicação e Sociedade, 38, 265–271. https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2525

Stavrides, S. (2021). *Espaço comum – A cidade como obra coletiva.* (J. Colaço, Trad.). Orfeu Negro. (Trabalho original publicado em 2016)

Stratton, J. (2020). Death and the Spectacle in Television and Social Media. Television & New Media 21 (1). 3-24. https://doi.org/10.1177/1527476418810547

Tamura, C. M. (2006). *A "pornografia da morte" e os contos de Luiz Vilela.* Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem.

Tercier, J. (2013). The Pornography of Death. In Maes, H. (eds.) *Pornographic Art and the Aesthetics of Pornography.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137367938_12

Thörn, C. (2011). Spotcity: A arte e a política do espaço público (L. Machado, Trad.). *Forum Sociológico*, (21), 43–53. https://doi.org/10.4000/sociologico.435

Vieira, A. (s.d.). Democratizar o lazer na Madeira. Nos primórdios da democratização do lazer na Madeira 1880-1945. https://www.academia.edu/7868007/Democratizar_o_lazer_na_Madeira

Wolff, F. (2012). *Apologia grega à preguiça.* Artepensamento 1996-2022. Instituto Moreira Salles. https://artepensamento.ims.com.br/item/apologia-grega-a-preguica/?_sft_category=mutacoes

Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism. The fight for a human future at the new frontier of power.* Public Affairs Hachette Books Group.

Fotos D.R. Diogo Goes